

TEMA: O Deficiente no Emprego Formal em Goiás

O Dia do Trabalho, comemorado em 1º de maio, no Brasil e em vários países do mundo, é um feriado nacional dedicado às festas e manifestações reivindicatórias.

A história do Dia do Trabalho remonta ao ano de 1886, na cidade de Chicago (Estados Unidos). No dia 1º de maio daquele ano, milhares de trabalhadores foram às ruas reivindicar melhores condições de trabalho e redução da carga horária de trabalho. O saldo dessa manifestação, infelizmente, foi de muitos atos de violência contra os trabalhadores.

Foram dias marcantes na história da luta por melhores condições de trabalho. Para homenagear aqueles que morreram nos conflitos, a Segunda Internacional Socialista, ocorrida na capital francesa em 20 de junho de 1889, criou o Dia Mundial do Trabalho, que seria comemorado em 1º de maio de cada ano.

A França, em abril de 1919, foi o primeiro país a proclamar o dia 1º de maio como feriado nacional. E assim, expandiu-se pelo mundo esta data comemorativa, sendo em muitos países um feriado nacional, dedicado às festas e eventos reivindicatórios. Nesta data, os trabalhadores de diversos países celebram as conquistas realizadas ao longo da história.

No Brasil, a data é comemorada desde o ano de 1895, porém, somente em setembro de 1925, tornou-se oficial, após a criação de um decreto do então presidente Artur Bernardes. Já os direitos trabalhistas são conquistas da década de 1940, com o presidente Getúlio Vargas, que instituiu garantias básicas como o salário mínimo e a Justiça do Trabalho.

Este Informe Técnico terá como foco os trabalhadores deficientes e sua inserção no mercado de trabalho goiano. Busca-se com isso dimensionar esse quadro e, de certa forma, contribuir para que esses trabalhadores tenham seus direitos garantidos no tocante ao acesso e permanência como trabalhadores formais.

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Brasil possuía, em 2015, 48.060.807 vínculos de empregos formais. Desse total, 403,2 mil eram de pessoas com deficiência, que representava 0,84% dos vínculos de empregos formais do país. Contudo, de acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 24% da população brasileira era composta por pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, ou seja, o Brasil possuía em 2010 45 milhões de Pessoas com Deficiência (PCDs).

Apenas na última década foi possível conhecer as características da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal no Brasil. A RAIS passou a trazer, desde 2007, dados relativos aos trabalhadores com deficiência.

Para dar visibilidade a essa significativa parcela da população, o objetivo desse informe técnico, em homenagem ao dia do trabalhador, é mostrar a inserção do trabalhador deficiente no mercado de emprego formal, em Goiás.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que de acordo como o Artigo 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: (1) deficiência física, (2) deficiência auditiva, (3) deficiência visual, (4) deficiência mental e (5) deficiência múltipla.

Em Goiás, a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho vem crescendo constantemente, conforme dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Em 2011, do total de 1,4 milhão de vínculos ativos em 31 de dezembro, 7,7 mil foram declarados como pessoas com deficiência (0,56% do total de vínculos). Em 2015, esse número subiu para 12.577, ou seja, em cinco anos houve um aumento de 62,33% no número de deficientes no emprego formal.

TEMA: O Deficiente no Emprego Formal em Goiás

Apesar disso, o percentual de pessoas deficientes no mercado de emprego formal está longe dos valores estipulados pela Lei Federal nº 8.213/91. A chamada Lei de Cotas exige que toda empresa de grande porte – com cem ou mais empregados – deverá preencher de 2% a 5% dos seus cargos, com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência habilitadas, na seguinte proporção: de 100 a 200 empregados - 2%; de 201 a 500 empregados - 3%; de 501 a 1.000 empregados - 4%; de 1.001 em diante - 5%.

Caso fosse cumprida pelas empresas goianas a exigência da Lei de Cotas, ter-se-ia, em 2015, cerca de 30 mil pessoas com deficiência trabalhando formalmente, ou seja, seria necessário mais que o dobro de trabalhadores deficientes para que se cumpra o percentual exigido pela Lei. É interessante observar que nas empresas com menos de 100 vínculos, onde não há exigência de cotas para deficientes, há 0,31% de trabalhadores assim declarados (Tabela 01).

Tabela 01: Goiás - Número de Pessoas com Deficiência por Tamanho do Estabelecimento em número de Vínculos - 2015

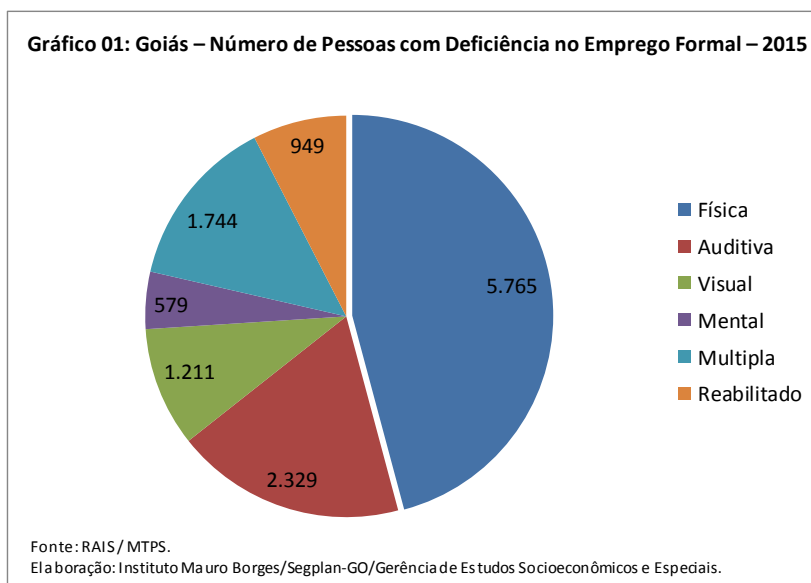
Tamanho do Estabelecimento	Vínculos Totais	Deficientes	Percentual	Lei de Cotas
<100 vínculos	768.839	2.347	0,31%	0
100 a 200 vínculos	113.378	1.285	1,13%	2.267
201 a 500 vínculos	147.485	2.086	1,41%	4.424
501 a 1000 vínculos	123.271	1.823	1,48%	4.930
>1000 vínculos	348.424	5.036	1,45%	17.421
Total	1.501.397	12.577	0,84%	29.042

Fonte: RAIS/MTPS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Do total dos 12,5 mil trabalhadores declarados como deficientes, no mercado de empregos formais em Goiás, no ano de 2015, 45,84% são deficientes físicos, 18,52% auditivos, 9,63% visuais, 4,60% mentais e 13,87% com deficiências múltiplas. Foram declarados em 7,55% os empregados na situação de reabilitados (Gráfico 01).

Gráfico 01: Goiás – Número de Pessoas com Deficiência no Emprego Formal – 2015



TEMA: O Deficiente no Emprego Formal em Goiás

Com relação a gênero, os dados mostram que os homens têm uma maior representatividade em quase todos os tipos de deficiência, exceto no tipo de deficiência múltipla, em que as mulheres são em maior número (63,13%). A participação em média dos homens é de 59,99% nos deficientes, superior à participação média nos não deficientes (Tabela 02).

Tabela 02: Goiás - Número de vínculos por tipo de Deficiência - 2015

Tipo de Deficiência	Homem	Mulher	Percentual de Homens	Percentual do Total
Não Deficiente	836.640	652.180	56,19%	99,16%
Física	3.571	2.194	61,94%	0,38%
Auditiva	1.478	851	63,46%	0,16%
Visual	801	410	66,14%	0,08%
Mental	433	146	74,78%	0,04%
Múltipla	643	1.101	36,87%	0,12%
Reabilitado	619	330	65,23%	0,06%
Total Deficientes	7.545	5.032	59,99%	0,84%

Fonte: RAIS/MTPS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

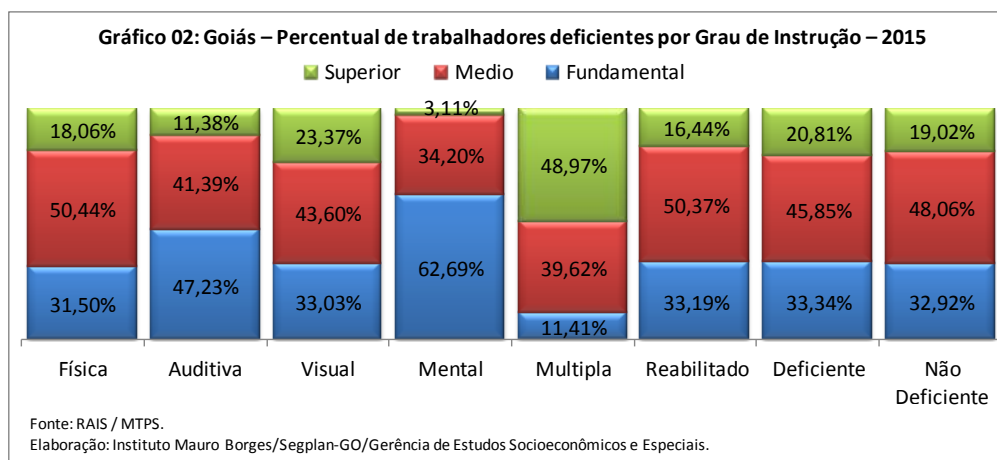
A idade média das pessoas com deficiência no emprego formal é de 39 anos, 50% delas têm mais de 38 anos de idade. Tanto a idade média, quanto a mediana, são maiores que a dos trabalhadores não deficientes, 36 e 35 anos, respectivamente (Tabela 03).

Tabela 03: Goiás - Número de vínculos por faixa etária - 2015

Tipo de Deficiência	Faixa Etária						
	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 64	65 anos ou mais
Física	16	479	745	1.730	1.661	1.076	58
Auditiva	7	244	272	628	633	493	52
Visual	2	119	155	372	294	256	13
Mental	5	128	137	171	89	43	6
Múltipla	1	193	409	627	330	168	16
Reabilitado	1	28	51	221	324	314	10
Total	32	1.191	1.769	3.749	3.331	2.350	155

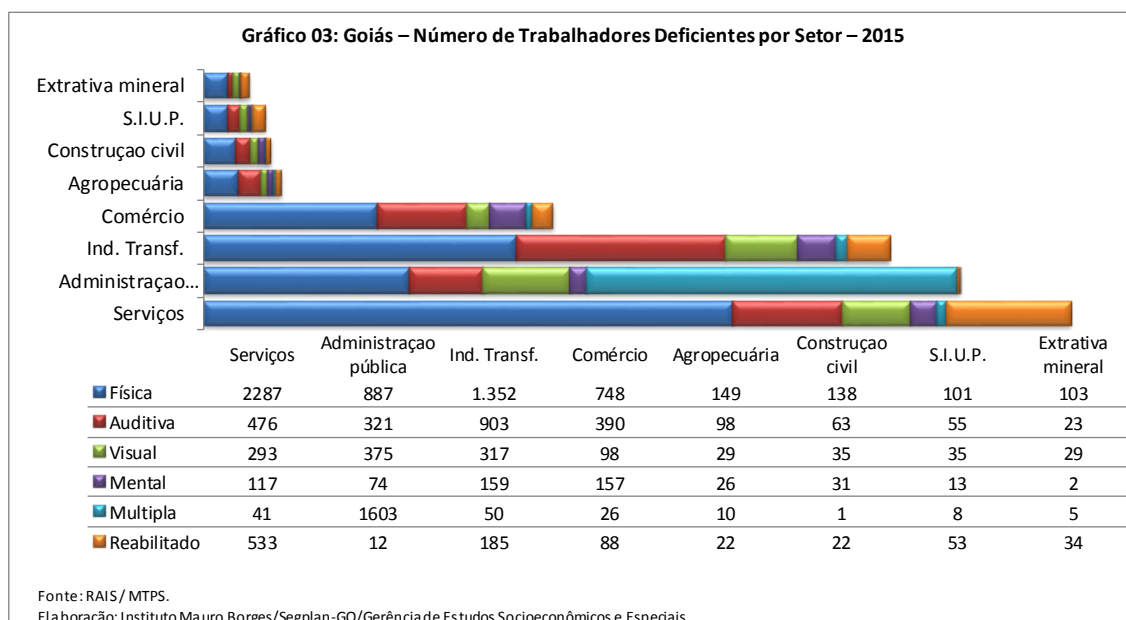
Com relação ao grau de instrução dos trabalhadores no emprego formal, em termos relativos, as pessoas com deficiência competem igualmente com as não deficientes, os percentuais por grau de instrução são bem próximos. Os trabalhadores com deficiência múltipla possuem o maior percentual com nível superior, enquanto que 62,69% dos deficientes mentais possuem apenas o fundamental (Gráfico 02).

TEMA: O Deficiente no Emprego Formal em Goiás



Com relação ao setor, os dados mostram que a maior parcela das pessoas com deficiência está empregada no setor de Serviços (29,79%). Em seguida vem a Administração Pública (26,02%) e a Indústria de Transformação (23,58%). Esses três setores da economia concentram 79,39% dos trabalhadores com deficiência (Gráfico 03).

O setor Extrativo Mineral possui o menor número de pessoas com deficiência, apenas 1,56% do total, contudo, proporcionalmente ao número de trabalhadores do setor, é o que possui o maior percentual, 2,22% dos trabalhadores são deficientes. O menor percentual é na Agropecuária, apenas 0,36% dos trabalhadores do setor são deficientes.



No geral, as ocupações com maior número de pessoas com deficiência são a de Assistente Administrativo (984 vínculos) e a de Auxiliar de Escritório (975 vínculos). Contudo, levando-se em conta o tipo de deficiência, a ocupação mais representativa muda de acordo com a deficiência. No caso do

TEMA: O Deficiente no Emprego Formal em Goiás

Deficiente auditivo, por exemplo, a profissão com maior número de vínculos é a de Alimentador da Linha de Produção (Tabela 04).

Tabela 04: Goiás - Ocupações com maior Número de Pessoas com Deficiência

Ocupação (CBO 2002)	Física	Auditiva	Visual	Mental	Múltipla	Reabilitado	total
Assistente Administrativo	536	128	134	40	101	45	984
Auxiliar de Escritório, em Geral	553	170	59	54	16	123	975
Alimentador de Linha de Produção	216	202	52	53	12	15	550
Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	138	96	75	42	31	6	388
Faxineiro	153	123	23	45	9	8	361
Diretor de Departamento do Serviço público Municipal	37	3	6	4	245	1	296
Professor da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (Primeira a Quarta Série)	9	18	1	0	241	5	274
Médico Clínico	13	6	11	1	226	0	257
Operador de Telemarketing Receptivo	252	0	2	1	0	1	256
Almoxarife	113	68	15	23	1	10	230
Atendente Comercial (Agência Postal)	25	2	2	0	1	171	201
Repositor de Mercadorias	76	62	15	33	5	4	195
Porteiro de Edifícios	133	18	10	2	1	25	189
Técnico de Enfermagem	53	13	19	2	83	9	179
Recepcionista, em Geral	125	6	7	8	2	13	161
Magarefe	72	37	44	1	3	3	160
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	11	8	2	6	127	1	155
Vendedor de Comércio Varejista	91	30	13	8	3	8	153
Telefonista	115	4	12	0	0	2	133
Servente de Obras	23	29	13	10	51	5	131
Total	2.744	1.023	515	333	1.158	455	6.228

Fonte: RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Os dados da RAIS 2015 mostram que a remuneração média recebida pelas pessoas com deficiência em Goiás é de R\$ 2.224,78, ligeiramente superior à média dos rendimentos do total de vínculos formais do estado (R\$2.186,88). Porém, 50% dos deficientes ganham até R\$ 1.404,26 contra uma mediana de R\$ 1.392,65 dos não deficientes. Os assalariados com deficiência visual são aqueles que recebem a maior remuneração média dentre os diversos tipos de deficiência (R\$ 2.702,42). Por outro lado, as pessoas com deficiência mental são os que revelaram o menor rendimento (R\$ 1.268,70) (Tabela 05).

No geral, as pessoas deficientes do sexo masculino ganham em média 15,42% a mais que as do sexo feminino. Entretanto, segundo o recorte por gênero, é entre os deficientes mentais que se verifica que a remuneração média da mulher (R\$ 1.309,68) supera à auferida pelos homens (R\$ 1.254,88). Em sentido oposto, os deficientes auditivos são os que apresentam maior diferencial (27,14%) entre os rendimentos pagos segundo gênero (R\$ 2.151,14 para os homens e R\$1.691,97 para as mulheres) (Tabela 05).

TEMA: O Deficiente no Emprego Formal em Goiás

Tabela 05: Goiás - Remuneração Por Tipo de Deficiência e Sexo do Trabalhador - 2015

Tipo de Deficiência	Homens		Mulheres		Geral	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
Física	R\$ 2.395,59	R\$ 1.517,00	R\$ 1.936,01	R\$ 1.184,69	R\$ 2.220,69	R\$ 1.356,56
Auditiva	R\$ 2.151,14	R\$ 1.434,23	R\$ 1.691,97	R\$ 1.139,44	R\$ 1.983,36	R\$ 1.276,24
Visual	R\$ 2.735,35	R\$ 1.741,56	R\$ 2.638,08	R\$ 1.500,01	R\$ 2.702,42	R\$ 1.655,10
Mental	R\$ 1.254,88	R\$ 1.018,44	R\$ 1.309,68	R\$ 908,70	R\$ 1.268,70	R\$ 993,28
Múltipla	R\$ 2.607,94	R\$ 1.596,84	R\$ 2.280,22	R\$ 1.582,82	R\$ 2.401,05	R\$ 1.596,26
Reabilitado	R\$ 2.565,98	R\$ 2.181,20	R\$ 2.353,29	R\$ 1.974,58	R\$ 2.492,02	R\$ 2.138,08
Deficiente	R\$ 2.350,39	R\$ 1.517,48	R\$ 2.036,45	R\$ 1.244,19	R\$ 2.224,78	R\$ 1.404,26
Não Deficiente	R\$ 2.311,73	R\$ 1.525,31	R\$ 2.025,99	R\$ 1.220,69	R\$ 2.186,56	R\$ 1.392,65
Total	R\$ 2.312,08	R\$ 1.525,22	R\$ 2.026,07	R\$ 1.221,00	R\$ 2.186,88	R\$ 1.392,77

Fonte: RAIS / Ministério do Trabalho e Emprego.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

As informações por Grau de Instrução apontam que, a partir do Ensino Médio Incompleto, existe uma correlação direta entre os rendimentos e o grau de escolaridade em todas as modalidades de deficiência. É importante registrar que, no nível Superior Completo, os tipos Mental e Auditivo são aqueles que auferem os maiores rendimentos médios. Em contraposição, os menores salários ocorreram nos tipos Múltipla e Reabilitado.

Gráfico 04: Goiás - Remuneração Média Por Tipo de Deficiência e Grau de Estudo - 2015



Por fim, apesar do crescimento de 62,33% no número de pessoas com deficiência no mercado de empregos formais em Goiás, as empresas com 100 ou mais vínculos estão longe de atingir o percentual exigido pela Lei Federal nº 8.213/91. Vale ressaltar que, cerca de um terço dos municípios goianos não tem pessoas com deficiência no mercado de emprego formais. Contudo, de acordo com o último Censo do IBGE, cerca de 23,2% da população goiana era composta por pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, ou seja, Goiás possuía em 2010 aproximadamente 1,4 milhão de Pessoas com Deficiência (PCDs). Desse total, 17,25% tinham de 15 a 64 anos de idade, totalizando 1,03 milhões de pessoas em idade ativa.

TEMA: O Deficiente no Emprego Formal em Goiás

Segundo informações do Ministério do Trabalho, a cada ano, a fiscalização vem se tornando mais constante para que a regra seja cumprida. Somente em 2015, foram mais de 4,5 mil autuações. Os argumentos mais usados por quem não cumpre a lei são o alto custo para adaptar o ambiente de trabalho e a falta de qualificação profissional.

Em geral, são necessárias algumas adaptações físicas nas empresas: instalações de rampas, de banheiros adaptados para cadeiras de rodas, de sinais sonoros e instruções em Braille para deficientes visuais. Contudo, as pessoas com deficiência enfrentam obstáculos diariamente, como o preconceito, a dificuldade do acesso pelo transporte público ou pelas vias públicas (falta de rampas, ausência de semáforos para deficientes visuais, corredores estreitos, dentre outros), impedindo que se especializem e se preparem para o mercado de trabalho.

As maiores adaptações, no entanto, estão relacionadas às questões comportamentais, à forma de lidar com as diferenças. Pequenas ações de treinamento e sensibilização, no entanto, podem resolver este problema. A resolução do problema para a inserção do deficiente na sociedade e no mercado de trabalho deve partir da sociedade, passando por cima do preconceito e da discriminação.

Responsável Técnico
João Quirino Rodrigues Júnior